

Moral econômica brasileira na primeira metade do século XX

Brazilian economic morale in the first half of the 20th century

Alexandre Lyra Martins*

Resumo: O trabalho aborda a formação da moral econômica brasileira investigando suas principais características na república velha e no Estado novo. O estudo de caráter bibliográfico constatou morais dominantes distintas nessas fases: na república velha foi agressiva, típica de mercados primitivos em que há mais flexibilidade para busca de ganhos monetários elevados, e no Estado novo há contrapeso social à primeira, via Estado, diminuindo o poder de grupos tradicionais. Na primeira fase é classificada como mandeviliana e decorre da formação econômica do país, historicamente conduzida por elites conservadoras excludentes, enquanto na segunda, procedendo da cultura econômica diferenciada da região sul, onde havia melhor partição da renda e da terra, a moral teve seu caráter designado como smithiano.

Palavras-chave: História social e econômica. Historiografia brasileira. Ética econômica

Abstract: The work addresses the formation of Brazilian economic morality by investigating its main characteristics in the old republic and in the new state. The bibliographical study found distinct dominant morals in these phases: in old republic it was aggressive, typical of primitive markets in which there is more flexibility to seek high monetary gains, and in new state there is a social counterweight to the first, by the State, reducing the power of traditional groups. In first phase is classified as Mandevilian, stems from the country's economic formation and historically conducted by exclusive conservative elites, while the second, proceeding from the differentiated economic culture of the southern region, where there was a better division of income and land, the moral had its character designated as Smithian.

* Graduado (Universidade Federal da Paraíba), mestre (Universidade Federal da Paraíba) e doutor (Instituto de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa) em Economia. Professor titular de história econômica e ética econômica do departamento de economia do campus I da UFPB.

Keywords: Social and economic history. Brazilian historiography. economic ethics.

1. Introdução

Em meados de março de 2023 foi divulgada uma pesquisa acerca da avaliação da condução econômica nos primeiros meses do terceiro governo Lula por parte de operadores do mercado financeiro¹, indicando rejeição praticamente unânime deste segmento à política econômica praticada pelo ministério do planejamento. A pesquisa foi feita num contexto de debates sobre as taxas de juro no país e mostra alinhamento dos principais operadores do mercado financeiro no território nacional com a condução da política monetária pelo Banco central, o que fica evidenciado quando 95% dos entrevistados disseram apoiar as últimas taxas SELIC definidas pelo COPOM², situadas entre as mais altas do mundo em termos nominais e reais, contrariamente à posição de diversos agrupamentos da economia, inclusive do executivo federal, que defendem sua revisão³.

As opiniões colocadas na sondagem citada no parágrafo anterior são juízos morais que refletem um descolamento histórico de alguns grupos econômicos em relação aos demais no país. Esse distanciamento fica ainda mais explícito na resposta a outro questionamento da supracitada pesquisa sobre a expectativa para a economia nos próximos 12 meses, para o qual há também a resposta da opinião pública em um levantamento realizado no mês anterior. À referida pergunta, 78% dos agentes do mercado financeiro responde ‘vai piorar’, enquanto, 62% da opinião pública diz que ‘vai melhorar’.

Da mesma forma que a atividade produtiva, a moral econômica também é melhor compreendida como processo, considerando os respectivos contextos históricos. Após alguns artigos discutirem a moral econômica predominante (MEP) contemporânea no Brasil (PAIN, 2008; MARTINS, 2021 e 2022), o presente trabalho busca investigar sua formação, abrangendo a república velha

¹ Ver: 98% dos operadores do mercado acham que Lula erra na economia (2023).

² Além de defender sua permanência até o final de 2023.

³ Foi divulgado um texto público em fevereiro de 2023 (MANIFESTO DE ECONOMISTAS COBRA QUEDA NOS JUROS AO BANCO CENTRAL, 2023), que posteriormente ganhou adesão de agentes representativos dos setores industrial, comercial, bancário, e de prêmios Nobel da economia (Joseph Stiglitz).

e o Estado novo, tipificando as condutas analisadas entre as concepções econômicas morais referenciais para a ética do mercado. Para isso, considera as principais ações da elite dirigente; a síntese da política econômica realizada pelos governos no período observado. A respeito do objetivo delineado, cabem algumas observações teórico metodológicas que seguem na próxima seção.

2. Elementos teórico-metodológicos

O estudo toma a economia como dimensão proeminente da sociedade e a construção da MEP como decorrente da força social e política dos grupos econômicos mais relevantes, que disseminam sua concepção acerca do *modus operandi* da atividade produtiva (e em especial das relações de produção) ao restante da sociedade, para dar sustentação ideológica à condução no plano estrutural (MARX, 1986, p. 25). A MEP é delineada por capitais de origens diversas nas economias de mercado, não apenas nacionais ou industriais (COSTA, 2014, p. 49), agregando também segmentos midiáticos para a propagação da moral. Como toda moral, ganha forma nas leis e regulamentos sociais, daí a relevância da representação política desses grupos nas esferas legislativas e no âmbito executivo⁴, quando se plasma em elite dirigente. Uma vez que as elites dominantes encontram formas de se perpetuar no poder, se rearticulando, a moral dominante é relativamente estável no tempo, ainda que contradições sigam latentes e gerem movimentos de mudança no longo prazo histórico.

A MEP pode ser avaliada por elementos puramente superestruturais, como discursos políticos⁵, ou por ações dos principais grupos econômicos e dos governos, quando se observa as variantes da ordem instituída⁶. O estudo adota prioritariamente a segunda vertente metodológica, relacionando a dinâmica socioeconômica local no período à inserção produtiva internacional periférica do país, que corresponde a um padrão de acumulação específico (CARCANHOLO, 2008). Para tanto, realiza pesquisa na literatura especializada em história econômica e em áreas correlatas (política, filosofia e sociologia).

⁴ Seguindo, nesse contexto, as concepções de hegemonia e blocos no poder (TEIXEIRA E PINTO, 2012, p. 918-921).

⁵ Objeto de estudos como o de Fonseca (1999).

⁶ A moral efetivamente se revela nas ações, o que mostra a vantagem da segunda abordagem, onde a política também media os interesses para se chegar às ações, decretos e normas, como defende Marx (1986, p. 25).

Se o padrão de acumulação dita a dinâmica econômica, corre paralelamente uma dinâmica política, para o que os estudos acerca da relação dos ciclos políticos com os econômicos inicialmente se mostram úteis, porém são limitados. Conforme Fialho (1999), vários estudos confirmam a correlação existente entre as variáveis políticas e econômicas, no entanto, Serra (1979) lembra que as premissas colocadas são ortodoxas e ignoram elementos importantes da dinâmica capitalista para o entendimento dos ciclos socioeconômicos, particularmente a inserção periférica internacional e o poder diferenciado do capital. O elemento político, portanto, é considerado atrelado ao movimento do capital, refletindo os interesses dos grupos dominantes, seja diretamente com a eleição dos membros do legislativo e executivo, ou indiretamente, via lobbies.

O padrão de acumulação é amparado por políticas econômicas, que são, em regra, manifestações da MEP em certo contexto histórico, uma vez que governos detêm a competência para exercer a prerrogativa do juízo de valor acerca das prioridades a estimular, definir instrumentos e em que intensidade, nas intervenções na atividade produtiva e na delimitação de parâmetros monetários. Os governos passaram a ser especialmente relevantes em termos econômicos no início do século XX, uma vez que o modelo da ação mínima do Estado, antes referencial, não continha política anticíclica para enfrentar as primeiras grandes crises, forçando uma mudança de paradigma no *mainstream*.

É preciso registrar, contudo, que a representação democrática conferente da legitimidade política ao exercício governamental moderno, é frequentemente suspensa na tradição periférica por interferências autoritárias, sempre que os interesses dos grupos dominantes são ameaçados, permitindo a continuidade desses grupos nas diversas instâncias de poder. A formação do mercado e do Estado de direito moderno no Brasil não foi iniciada a partir de rompimentos internos consolidados pela disseminação dos valores inerentes a essas instituições, como nos países centrais, mas através de arranjos entre os segmentos econômicos dominantes locais e estrangeiros do ocidente, inserindo novos valores ao mesmo tempo em que reciclava valores herdados da sistemática colonial.

A condição periférica impõe especificidades que dizem respeito à uma dinâmica subordinada à dos países centrais, devido à forte presença do capital

externo, tanto no plano produtivo quanto no campo ideológico. A elite dominante local em regra não é independente, pensando e agindo sob influência significativa do *mainstream* internacional, sendo a linha central de suas ideias uma imitação desse último (BURGUENO; RODRIGUEZ, 2001, p. 93), e, mesmo assim, muitas vezes de forma desvirtuada, seja por orientações externas ou por distorções próprias decorrentes da insuficiência do pensamento local, para atender à lógica da subserviência (FURTADO, 2007, p. 152-153).

O grande capital internacional define a essência da ordem econômica global e suas variações sociais e políticas, mas a dinâmica local pode ter desdobramentos atípicos em razão de particularidades de conjunturas históricas, nacionais e mundiais, de modo a alterar a dinâmica convencional de maneira mais ou menos intensa. Esses movimentos atípicos, por sua vez, também geram reação dos grupos tradicionalmente dominantes para retomar o caminho histórico da ordem moral instituída.

Enfim, a interação da economia com a sociedade deve ser considerada por meio das variáveis sociais mais importantes relativas à temática. Conforme Araújo (1996, p.145), a esfera religiosa historicamente tem-se mostrado norteadora do comportamento humano dentro do espectro social, e tendo ela um componente econômico subjacente, deve ser contemplada. Assim, o estudo coloca também elementos da evolução da moral religiosa predominante no período, na medida em que essa instância frequentemente interage com os padrões morais econômicos dominantes e também tem repercussão no processo de acumulação.

Uma vez identificado o(s) grupo(s) econômico(s) mais beneficiado com ações das políticas econômicas do período, segue a apuração e classificação da moral do respectivo grupo entre as vertentes de moral de mercado referenciais: mandeviliana, smithiana ou neoclássica. A primeira é uma moral agressiva, característica de mercados primitivos, pré-capitalistas, a segunda é marcada pelo reconhecimento moral mútuo das partes nas transações econômicas, um elemento social que reforça as boas práticas, e a última é caracterizada pela substituição do trabalho pela utilidade como parâmetro de valor, gerando subjetividade que pode abarcar tanto as práticas mais agressivas como as mais civilizadas. As vertentes identificadas no caso estudado são pormenorizadas em seções relativas a cada subperíodo.

3. A fase da primeira república

O começo da fase republicana brasileira (1889) é precedido pela abolição oficial da escravatura (1988), mas esse movimento é resultado de pressões internas e externas que não partem da elite agrícola, apegada a um mercantilismo colonial (e escravista). As concepções autoritárias permanecem no plano político, coerentes com o caráter formal da reforma, sendo os dois primeiros presidentes militares eleitos indiretamente. Seguem representantes de São Paulo e Minas Gerais (os Estados produtivamente mais importantes), eleitos diretamente até 1930⁷ por uma pequena parcela da população. Trata-se de uma fase embrionária do processo de industrialização⁸ em que as elites rurais concentravam os poderes econômico e político locais (acompanhadas pelo capital financeiro estrangeiro), mantendo referências arcaicas de produção e sua moral pouco afeita a princípios de mercado moderno, que se refletia na precariedade das instituições. A modernidade vem mais como verniz do que como nova tonalidade socioeconômica.

Como coloca Perissinotto (1994, p. 107), nesse período “... o coronel aparece como a lei. Todos os instrumentos do poder legal são seus. O delegado, o juiz, o escrivão, os eleitores, as urnas.” O capital cafeeiro, especificamente, se juntou à causa republicana, não por esse ideal, pois era monarquista em essência, mas para garantir maior autonomia estadual (IBIDEM, p. 96), e com essa veio uma fragmentação de poder que resultou na política dos governadores instituída na presidência de Campos Sales, reforçando o poderio das oligarquias⁹. Mesmo em São Paulo, Estado economicamente mais relevante do país, as instituições de mercado e de Estado moderno pouco adentraram no meio rural, “... onde as relações sociais pré-capitalistas vigoraram por longo tempo após a abolição do escravismo” (IBIDEM, p. 104).

A versão local do liberalismo sem estímulos à indústria está no comando do executivo já em 1895 com Prudente de Moraes (o primeiro eleito, em 1895) e

⁷ Domínio estadual interrompido apenas na década de 1920, pela instalação de um impasse que levou ao poder o paraibano Epiácio Pessoa.

⁸ Cujo avanço pode ser constatado observando estatísticas do setor industrial dos Censos de 1917 e 1920 (IBGE, 2023): no primeiro ano, a quantidade de estabelecimentos era de 3.258, contra 13.336 em 1920, o número de trabalhadores que era de 151.841 passou para 275.512 e o capital total empregado em contos de reis subiu de com 665.977 para 1.815.156.

⁹ Este autor fornece uma relação ampla de coronéis paulistas que ocuparam importantes cargos públicos na República velha (PERISSINOTTO, 1994, p. 113-114).

seu ministro da fazenda, Rodrigues Alves, quando criticava a desigualdade de tratamento que “... favoreceu às indústrias e aos bancos em detrimento da lavoura.” (SODRÉ, 1983, p. 193) no governo anterior. Na sequência, Campos Sales abre o século XX com política fiscal austera, cortando investimentos públicos com seu ministro da fazenda, Joaquim Murinho, defendendo que a “... a indústria não era viável no Brasil devido à inferioridade racial de seus habitantes em relação aos países industriais.” (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981, p. 145).

Caldeira (2017, p. 376-377) sintetiza Joaquim Murinho como descendente teórico dos Viscondes de Cairu, Itaboraí e Taunay na defesa de um liberalismo integral, de caráter fisiocrata, e ressalta a habilidade do candidato Sales, que evitava em seus discursos a economia (IBIDEM, p. 377-379), para poupar o público de sua opinião acerca dessa temática. Em meio à disputa dentro das elites, Rodrigues Alves é eleito com apoio de cafeicultores e oposicionistas, tornando-se o próximo presidente (1903-1906), porém se afasta deles para uma gestão conservadora buscando contemplar principalmente os credores internacionais (MARTINS, 2012, p. 124)¹⁰.

Backes (2004, p. 171) explora a política dos governadores para rediscutir seu caráter republicano, enfatizando que a política econômica de Campos Sales atendia basicamente a segmentos agrícolas relevantes do país. Essa política, no entanto, gerava endividamento que beneficiava o capital financeiro estrangeiro com os passivos a serem administrados num segundo momento pelo governo, quando a gestão pública teria de ser redirecionada no sentido da austeridade. Embora houvesse debate acerca da política cambial, Gremaud (2003, p. 4-6) acentua a necessidade da estabilização macroeconômica com enxugamento da base monetária para honrar os compromissos financeiros, de maneira que governos locais eventualmente tinham que mudar a agenda, nunca deixando de contemplar o capital financeiro, interno e internacional, para promover a continuidade posterior do atendimento às demandas dos produtores locais.

Na sequência, o lobby dos cafeicultores paulistas vai ter no mineiro Afonso Pena um presidente (1907-1909) que apoiou suas causas com mais

¹⁰ Atividades que o mercado demandava surgiam e se desenvolviam, como a extração da borracha na Amazônia para atender o crescimento da nascente indústria automotiva no exterior, mas com rendimentos baixos e agravados por significativo processo de desvalorização cambial (CALDEIRA, 2017, p. 353).

ênfase, comprando excedentes de produção com a contratação de empréstimos externos que geraram expressivo endividamento público (MARTINS, 2012, p.125). Seu mandato, contudo, foi interrompido por sua morte e continuado em junho de 1909 pelo vice Nilo Peçanha, que era contra a concessão de privilégios aos cafeicultores (CALDEIRA, 2017, p. 480), antecipando uma fase de controle de gastos governamentais. Com Hermes da Fonseca (1910-1914) continua a concepção liberal tradicional com restrições ao caixa federal, para sua recuperação, levando os cafeicultores a se articularem com o governo de São Paulo para a compra do café (CALDEIRA, 2017, p. 483).

Depois de Fonseca veio Venceslau Braz (1914-1918), um industrial que pôde dar mais estímulos a esse setor devido ao começo da primeira guerra mundial, que fez cair a demanda por café no estrangeiro. O fim da guerra ainda manteve a situação por um tempo, dada a fragilidade econômica dos envolvidos no conflito (MARTINS, 2012, p. 125). Ao invés de aproveitar o momento, no entanto, o grupo cafeeiro não conseguiu selar um acordo com Minas, o que abriu espaço para os conservadores emplacarem Epitácio Pessoa (1919-1922), que acabou sendo apoiado por um capital unido e mobilizado em virtude da ameaça comunista ter tomado forma com a eclosão da revolução Russa (1917).

O governo de Artur Bernardes (1922-1926) foi marcado por uma crescente insatisfação de vários segmentos sociais, já que as oligarquias cafeeiras ainda protagonizavam a cena, mas sua decadência econômica era patente em razão do surgimento de novos produtores pelo mundo. A instabilidade política deu margem para a adoção de medidas restritivas (estado de sítio). A república velha encerra seu ciclo com Washington Luís (1927-1930) administrando a economia em recessão¹¹, com expansão da dívida externa e dos juros pagos ao capital estrangeiro¹². Um liberal que não apoiou um sucessor mineiro, nem concedeu empréstimos a cafeicultores ainda mais fragilizados com a primeira grande crise mundial, o que resultou em insatisfação das elites dominantes. Com a crise econômica acentuada, também o povo reprovava

¹¹ Que pode ser auferida por diversos indicadores. No setor industrial, por exemplo, os únicos setores que cresceram entre 1927 e 1930 foram os de papel, cimento, alimentos e siderúrgico (IBGE, 1990, p. 384).

¹² Em 1927 os juros enviados ao estrangeiro totalizavam 10.295.000 de libras e a dívida externa somava 234.186.000 libras, já em 1930, os juros eram de 13.359.000 libras e a dívida era de 266.154.000 libras (IBGE, 1990, p. 588).

largamente o governo, propiciando o crescimento de um grupo político alternativo comandado pelos gaúchos, que viria a derrubar o governo em 1930.

Do ponto de vista do processo de acumulação de capital, prevalece o papel histórico do país como exportador de matérias-primas para suprir o centro industrial nos anos iniciais do período. A intensidade do processo era regulada pela produção de excedentes, as grandes safras eram seguidas de posterior arrefecimento do ritmo de produção. Os volumes excessivos não absorvidos pelo mercado eram bancados pelo governo para evitar prejuízos dos agricultores, via contratação de empréstimos ao capital estrangeiro. O fim da década de 1920 indica a exaustão do café como principal produto brasileiro no mercado externo, e a consequente diminuição do ritmo de acumulação: a economia teria de encontrar outra (ou outras) alternativa, o que era dificultado pela hegemonia das oligarquias tradicionais. Com isso, como visto no início dessa seção, a indústria cresceu gradativamente, mas ainda era marginal frente a todo aparato agropecuário.

O capital industrial cresce limitado no país e sem espaço político em função do domínio do setor agrícola, da fragilidade na infraestrutura em geral e da inexistência de um setor interno produtor de bens de capital. Mesmo assim, começam a se articular politicamente desde 1894 entrando na Associação comercial de São Paulo e posteriormente fundando o Centro industrial do Brasil (CIB) em 1904 no Rio de Janeiro, atuando principalmente no sentido de se opor a qualquer medida que objetivasse aumentar salários (PERISSINOTTO, 1994, p. 137-138), mas sem representar nenhuma ameaça à protagonismo das elites agrárias. Já o capital financeiro, concentrado e coeso, não se preocupou em criar órgãos formais de representação e articulação nacional ao longo de todo período estudado por terem suas demandas contempladas, muitas vezes estando representado diretamente em postos dos governos de sua área (LEOPOLDI, 1999, p. 129).

Uma vez que a república começa de forma autoritária, perpetuando o predomínio dos grupos tradicionais, esses não têm maiores preocupações em justificar o *modus operandi*¹³, a inserção periférica se consolida com um alto padrão de exploração e relações de trabalho flexíveis, muitas vezes com

¹³ Mesmo com a introdução das eleições, eram poucos os aptos a votar, na maior parte segmentos da elite conservadora em geral.

elementos pré-capitalistas, e uma ideologia de defesa da liberdade de mercado ampla, para além de eventuais regulamentações, como caminho para o crescimento econômico. A política econômica, entretanto, beneficiava basicamente os cafeicultores e o capital financeiro internacional.

3.1. A moral na república velha

A MEP na velha república era liberal, com variação entre uma vertente pura e outra prevendo algum intervencionismo de cunho protecionista. As elites oligárquicas agrárias originalmente defendiam um liberalismo amplo, simplório, no qual as vantagens naturais de produção norteariam as economias de mercado, inviabilizando investimentos industriais de maior vulto na periferia (FURTADO, 2007, p. 153). O entendimento da versão intervencionista era de que essa vocação natural paradoxalmente precisava ser protegida de adversidades, como as oscilações negativas internacionais no preço do café, e então o governo era chamado a adquirir o excesso de produção; em nome do interesse nacional. A vertente intervencionista aumentava sua presença na medida da relevância da demanda pelo café¹⁴.

Em meio a esse domínio, caminhavam marginalmente os industrialistas, defensores de estímulos governamentais para a expansão da indústria. A indústria nacional ascende entre os anos 1890-1930, acompanhada de acréscimo em seu poder econômico e político, mas não o suficiente para se tornar expressiva frente ao capital financeiro (bancário nacional e creditício/financeiro internacional), que exercia influência na política monetária em particular (PERISSINOTTO, 1994, p. 58-60). A indústria se contrapunha à tese da vocação natural agrícola recorrendo à ideologia nacionalista, com a crítica ao modelo agroexportador por seu caráter dependente, que só poderia ser quebrado com a construção do capital nacional industrial através de política governamental específica para isso (IBIDEM, p. 154). O capital financeiro, por sua vez, defendia a liberdade do mercado manifesta basicamente na desregulamentação do crédito para poder expandir sua atuação, como foi o caso do encilhamento.

¹⁴ Perissinotto (1994) dá outros exemplos de políticas econômicas adotadas para favorecimento da classe dominante cafeeira na seção 2 do capítulo 1 de seu trabalho.

No âmbito religioso, pode-se dizer que a igreja católica monopolizava esse espaço por dominar também a formação educacional, mesmo sendo separada do Estado no começo da república. Consolidada como formadora da elite devido à reconhecida qualidade de seus colégios, multiplica a quantidade de dioceses na república¹⁵ e passa a intensificar sua histórica presença social regionalmente e em nível estadual. Não obstante, sua influência na MEP propriamente dita é diminuída após sua decadência no fim da idade média, possibilitando destravamento na acumulação de capital. Confirmação disso foi a baixa repercussão de um manifesto pela volta da união entre igreja e Estado e o fracasso na tentativa da fundação de um partido católico (MORE, 2005, p. 203).

Caldeira (2017, p. 515-516) assevera que a carência de informações no período facilitou a disseminação da ideia de liberalismo sustentada pelos grupos oligárquicos dominantes, vinda da fase colonial, de dependência do crescimento do comércio exterior para suplantar sua condição de economia de subsistência, posto que o Estado seria agente passivo na engrenagem econômica. Assim, a economia interna expandia e diversificava suas atividades apenas marginalmente com a criação de novos negócios (IBIDEM, p. 517-519). Nesse processo, a superestrutura é levemente corroída por um esboço de mudança estrutural.

O balanço do período mostra uma moral prevalecente de caráter primitivo, agressivo, trazendo consigo resquícios de lógicas produtivas anteriores, compatíveis com a economia de mercado pré-industrial. Isso porque a maior parcela da elite dominante é composta por grupos agrários tradicionais, que levam seus princípios para a formação de alguns capitais industriais que fundam. O grupo industrial é relativamente inexpressivo e constrói ideias próprias contraditórias em razão de sua ligação umbilical com o capital agrário¹⁶, destacando o papel do setor primário como base produtiva nacional (PERISSINOTTO, 1994, p. 130).

A ordem moral supracitada se adequa ao que teorizou Mandeville (2023) para explicar a moral de mercado pré-industrial, posteriormente incorporada

¹⁵ De acordo com Oliveira (2021, p. 7), entre 1890 e 1930 o número de dioceses passou de 12 para 56.

¹⁶ Alguns trabalhos recentes tem identificado outras origens para capitais industriais específicos, como Suzigan (2000), Ricci (2002), Leal; Campos (2017).

pelos neoclássicos como uma linha comportamental do utilitarismo¹⁷. Os referidos grupos econômicos tradicionais brasileiros se fazem representar na elite dirigente, trazendo as respectivas variações interpretativas acerca da liberdade, de maneira que, para ambas leituras, a indústria não corresponderia à vocação do país, e, portanto, não deveria ser estimulada artificialmente. A exceção são alguns capitais marginais que percebem o exaurimento do ciclo do café e a necessidade de maior aporte de capital para formar a indústria.

A flexibilidade moral é mais ampla numa economia mercantil primitiva, onde atitudes consideradas excessivas pelo próprio aparato institucional são toleradas em nome da busca do ganho econômico. O Estado é contornado ou ignorado, levando em conta o custo operacional (eventualmente judicial) das transações, seguindo daí a impunidade econômica. Esse padrão da elite gera uma cultura de pouco respeito ao parâmetro legal formal, que se reproduz pela população levando em conta a inserção de cada segmento, posto o cacife diferenciado de cada um deles delimitar o grau e tipo das infrações cometidas.

A pobreza é tolerada, mas menosprezada, de um lado porque a mentalidade católica histórica pré-reforma enaltece a condição e de outro por que o liberalismo econômico corrente prevê a pobreza como possibilidade concreta para aqueles que não se esforçam para atender à demanda. Se depende de cada um a inserção econômica, a exclusão social é imputada apenas à falta de iniciativa individual. Assim, os grupos dominantes praticam o desprezo aos pobres sem problemas de consciência, naturalizando o problema, relegando-os à sua própria sorte e ao consolo da igreja católica¹⁸.

Na concepção mandeviliana, uma nação economicamente forte é aquela que deixa seus cidadãos totalmente livres para buscarem o máximo de ganho possível de qualquer maneira, sob pena desses abandonarem o lugar em busca de oportunidades em outras plagas, desconsiderando a relação colonial como peça central da engrenagem que construiu a acumulação de capital e a indústria nos países centrais. Na república velha, a elite não se importava com essa relação no processo histórico, ou, se tinha consciência dela, pensava apenas em

¹⁷ Segundo os neoclássicos, a liberdade de mercado propicia adaptações, de modo a ter *modus operandi* distintos em espaços diferentes (Fonseca, 1993, p. 152). Seria uma outra perspectiva do reconhecimento mutuo smithiano, em leitura hipotética a-histórica: o mercado respeita a cultura mercantil do lugar enquanto o lugar respeita a lógica do mercado.

¹⁸ Como na libertação dos escravos um ano antes da fundação da república, sem planos ou projetos sociais de integração socioeconômica para eles.

si própria, em seu crescimento material e não no do lugar, o que remete às hipóteses de Ribeiro (1995 e 1998) e de Banfield (1966) para a elite de países pobres.

O comportamento excessivo das elites locais tradicionais e estrangeiras na procura por ganhos elevados em nações periféricas, alcançados por elevada exploração de mão de obra, por desvios diversos de recursos públicos (fisiologismo, fraudes licitatórias em contratos e outros) e sua acumulação via rentismo (patrimonialismo), levando à exclusão social histórica dos pobres, é contemplado por Ribeiro (1995), referência fundamental para compreensão da formação étnica dos povos considerando suas inserções mundiais como decorrentes de processos históricos econômicos e sociais.

Ribeiro (1998) entende o construto social, particularmente do contexto moderno, como expansões civilizacionais encaminhadas por projetos sociais capitaneados por elites, em meio ao processo histórico de acumulação internacional de capital, onde novos países se encaixam de uma forma ou outra a depender do projeto original pensado e desenvolvido pelas elites locais articuladas com as dominantes no mundo. As elites de países periféricos não tinham projetos autônomos e ficaram vinculadas às necessidades do processo de acumulação mundial e das elites dos países centrais.

O comportamento individual primitivo, por sua vez, ganhou em Banfield (1966) uma importante atualização para seu entendimento na modernidade, uma vez que Mandeville foi contemporâneo da fase pré-industrial. Para Banfield, há um estranhamento socioeconômico ao moderno em sociedades que, por alguma razão, se mantiveram historicamente marginalizadas do processo de acumulação capitalista e, conseqüentemente, do desenvolvimento dos valores inerentes ao mercado moderno. Nesses casos, as elites se tornam reacionárias, tomando atitudes protecionistas e agressivas no mercado, protegendo seu núcleo familiar e social mais restrito, compreendendo os benefícios dos negócios mercantis como direito exclusivo desse núcleo, constituindo o que Banfield designou de familismo amoral, pelo qual vale tudo para o agente ganhar mais rendimentos para os seus, independente do que isso possa causar aos outros, à sociedade. A exclusão socioeconômica, no caso.

Um típico comportamento familista amoral são as invasões ao território público (físico e imaterial). Uma investigação histórica nessa seara precisa

distinguir as motivações das ações, uma vez que nos países periféricos a elite invadiu, e ainda invade, para acumular patrimônio e aumentar ganhos, enquanto segmentos fragilizados da população repetem a atitude, invadindo áreas, mas por necessidade de sobrevivência, por não ter sido oferecida alternativa a ela¹⁹.

4. Segunda fase: o Estado novo

Após a república velha irrompe o projeto nacional alternativo comandado pelo gaúcho Vargas²⁰, uma liderança que refletia uma tradição de concepção econômica distinta no país, fundada em agricultura e pecuária de corte praticadas em pequenos e médios empreendimentos, amparada por um movimento renovador no âmbito militar capitaneado pelos tenentes. No começo do século XX, a presença militar no Rio Grande do Sul era relativamente maior que no resto do país²¹, em virtude dos conflitos com países vizinhos que fizeram desenvolver maior senso nacionalista, e, ao mesmo tempo, politicamente, a diferença do sul para todo centro e norte se manifestava na construção de um partido com diferentes características, sendo efetivamente republicano em seus princípios e práticas já desde o século anterior com Júlio de Castilhos (CHACON, 1985, p. 58-59).

Muitos trabalhos já foram realizados na literatura econômica para discutir a contribuição de Vargas para a economia brasileira, cabe aqui tomar como referência alguns mais recentes que já englobam avaliações de trabalhos feitos anteriormente, como Pandolfi (1999) ou Caldeira (2017). Lassance (2020), por exemplo, ao examinar as políticas econômicas varguistas na primeira fase de seu governo, mesmo reconhecendo a importância da conjuntura mundial de mobilização do capital para a guerra, conclui pela relevância da condução interna do projeto de cunho nacionalista para a efetivação do projeto, conclusão próxima à de Fonseca (1999, p. 31-32), ao

¹⁹ A exemplo do episódio que originou as favelas, quando muitos escravos foram expulsos de seus casebres para construção da avenida central no Rio de Janeiro na presidência de Rodrigues Alves.

²⁰ Inicialmente um projeto democrático que disputou a presidência, mas que, pela dificuldade de apoio além das fronteiras do sul do país e após movimentos políticos diversos, acabou adotando o rompimento institucional como forma de implantar um projeto que enfrentava os principais interesses do país.

²¹ Detendo, segundo Caldeira (2017, p. 318), um quarto de toda tropa aquartelada do país, com formação diferenciada, onde o positivismo fincou raízes (CARVALHO, 1990, p. 28).

ponderar a importância da elite dirigente do Estado numa fase de contestação do paradigma liberal.

A cultura econômica diferenciada do sul foi sedimentada entre o fim do século XIX e o início do século XX com a entrada significativa de imigrantes centro-europeus (RIBEIRO, 1995, p. 413), e algumas transformações produtivas na pequena produção agropecuária já consolidada (FRANCO, 1998, p. 25). No plano federal, o governo se mostrou sintonizado com as vicissitudes da economia contemporânea mundial e empreendeu um esforço de industrialização para concretizar o objetivo de construir um projeto autônomo, como já ocorria na região. Diferentemente do que ocorria nas demais regiões, a elite gaúcha tinha forte senso nacionalista e era integrada a seu povo, vindo para construir uma economia dinâmica com oportunidades para a sociedade em geral.

Vargas tem a percepção da incompletude na economia brasileira, daí decorre a inflexão na política econômica para desenvolver um setor industrial com ênfase no capital local²². Em virtude da deficiência desse último (em particular na indústria de base), além da criação de órgãos técnicos diversos para supervisionar e acompanhar o processo²³, foram constituídas estatais²⁴ e todo um sistema institucional para preparar e qualificar a força de trabalho²⁵, com o objetivo de transformar a estrutura produtiva do país. Sua política econômica não só não é clássica como ultrapassa a keynesiana, se assemelhando a um paradigma que ainda estava nascendo naqueles anos, o desenvolvimentismo, e representava, portanto, enfrentamento a um *mainstream* avesso a interferências na economia com conceitos novos como o de Estado empreendedor.

De outro lado, houve um esforço para modernização nas relações de trabalho, ponto que desagradou mais profundamente as elites tradicionais. A

²² Caldeira (2017, p. 528-530) expõe a operacionalização da política fiscal, monetária e cambial varguista.

²³ Entre outros: Instituto brasileiro de geografia e estatística, Departamento nacional de política mineral, Departamento nacional do café, Instituto do açúcar e do álcool, Departamento de estradas e rodagem, Conselho nacional do petróleo e Superintendência da moeda e do crédito (MARTINS, 2012, p. 136).

²⁴ Companhia Vale do Rio doce, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia nacional de Álcalis, Companhia hidrelétrica de São Francisco (CHESF) e Fábrica Nacional de Motores, (FMN), entre outras (MARTINS, 2012, p. 136).

²⁵ O Sistema S, composto por SESC, SENAI, SESI, SENAC.

consolidação das leis trabalhistas (CLT) foi um marco formal e institucional no plano trabalhista que forçou a adequação do país a um molde capitalista das relações de produção contemporâneo, ainda que com viés fascista, com limitações à organização dos trabalhadores. Também a instituição do salário mínimo e da justiça do trabalho complementaram o avanço significativo na modernização das relações capital-trabalho.

O processo de industrialização precário já em andamento foi intensificado e a produção do setor secundário ultrapassou a do setor primário já em 1933, enquanto a política monetária expansiva fazia sua parte amparando o crescimento econômico e contemplando também as compras de estoques de café, principal fonte do aumento no endividamento público, gerando, por sua vez, elevação residual da inflação (MARTINS, 2012, p.135). A produção industrial brasileira “... cresceu em cerca de 50% entre 1929 e 1937, e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40% no mesmo período.” (SODRÉ, 1983, p. 259), movimento acompanhado pela criação de empresas: “... entre 1930 e 1939 foram criados 12.232 estabelecimentos, ...; entre 1940 e 1949 foram criados 60.682 estabelecimentos...” (IBIDEM). Por outro lado, a dívida externa evoluiu em sentido inverso, saindo do patamar de 266,1 milhões de libras em 1930 para atingir 173,2 milhões de libras em 1945, da mesma forma que os juros pagos a credores internacionais, que eram de 13,3 milhões de libras em 1930 e chegaram a 4,7 milhões de libras em 1945 (IBGE, 1990, p. 588).

Todo esse esforço empreendido não angaria nem o capital externo nem a elite do setor primário. Embora Getúlio tenha se indisposto politicamente num primeiro momento com os oligarcas, seus interesses são contemplados de formas diversas e não são objeto da necessária transformação (estrutural) para completar coerentemente o projeto nacional desenvolvimentista (FONSECA, 1999, p. 25), de modo que a estrutura fundiária concentrada se manteve, bem como o poder oligárquico da elite agrária. A composição com esses segmentos veio do julgamento de que o grupo sulino não havia acumulado forças políticas e econômicas suficientes para enfrentá-los, e assim se fez a aposta que o crescimento do capital industrial viria a superar os arcaísmos posteriormente, mas os interesses tradicionais estavam entranhados na economia (apoiados

pelos capital estrangeiro) e na sociedade de tal forma que passado um tempo, começaram a articular a superação do projeto varguista.

Em relação à questão religiosa, houve uma reaproximação da igreja católica com o poder, algo pensado por Vargas com o intuito de conquistar maior fatia da opinião pública. O presidente estava ciente da importância da dimensão religiosa para o povo brasileiro, então estabeleceu colaboração recíproca entre o Estado e a religião católica na constituição de 1934, promovendo-a a religião oficial e marginalizando as demais (MORE, 2005, p. 3). Mesmo assim, e sem ingerir diretamente no universo econômico, a instituição religiosa dominante representou um calo moral significativo para o projeto de modernização econômica do Estado novo na medida em que o ensino católico conservador não contestava as estruturas, as diferenças socioeconômicas substanciais, nem as condições e relações de produção, reproduzindo o conformismo socioeconômico. Conteúdo crítico às elites por parte da igreja católica só viria a partir do surgimento das comunidades eclesiais de base, ao fim dos anos 1950.

Após todo esforço de Vargas, mesmo tentando controlar o retorno aos processos democráticos em 1945, criando e articulando dois partidos, as oposições se mobilizam ao longo do processo e retomam o protagonismo social com críticas de políticos e de militares às restrições da liberdade política e econômica (DALMÁZ, 2012 e MOURELLE, 2013). É certo que o capital político adquirido por Vargas lhe garantiria sua volta à presidência alguns anos depois após o mandato de Dutra, mas viria a governar nesse próximo período sem as condições favoráveis que encontrou em 1930, tanto internas como externas, que possibilitaram implantar um projeto correspondente a outra perspectiva econômica para o país.

4.1. A moral do Estado novo

O projeto econômico de Vargas para o país transcende a industrialização, sua ponta de lança. O intuito era promover todos setores e classes, num esforço de desenvolvimento socioeconômico conjunto substitutivo de importações que renderia dinamicidade para a economia em geral. Nesse processo, os grupos historicamente dominantes teriam diminuídos seus ganhos apenas relativamente, o que era suficiente para rejeição desses segmentos. Tratava-se

de alçar a nível nacional os costumes e os princípios morais já consolidados no Estado do Rio Grande do Sul, uma minoria nacional (aliada inicialmente apenas aos mineiros e paraibanos), cultivando paulatinamente esses valores na medida da evolução da economia e do surgimento dos resultados concretos.

Lassance (p. 531-533) acompanhou o desenrolar dessa construção, atestando a gradação das medidas de política econômica, desde a ‘arrumação da casa’ nos primeiros anos²⁶, passando pelas mudanças na regulamentação até chegar às grandes investidas do Estado para formar as bases da industrialização mais ao final da era Vargas (IBIDEM, p. 532). É importante observar que o projeto em si, desaprovado pelos interesses predominantes no país, só poderia ser implementado pela via autoritária, contudo, depois os instrumentos democráticos foram gradualmente repostos, e o processo continuou contando com o apoio de boa parte da opinião pública. Em especial nas relações de trabalho fez-se uma transformação substancial. Dentro do espírito positivista de compreender cientificamente os processos para maximizar sua eficiência, foi valorizado o trabalhador em geral, independente de nível, juntamente com a máquina, símbolo da modernização da produção (GOMES, 1999, p. 58-59).

Na falta de uma concepção explicativa específica para a MEP no Estado novo, pode-se interpretá-la como uma variante da ética smithiana dos mecanismos morais. Não há uma economia industrializada no país, mas um esforço da construção de dela, para o qual torna-se relevante a imposição de valores modernos, de reconhecimento mútuo das ações sociais, particularmente na instância econômica da troca mercantil. Na outra ponta, a dimensão positivista compreendia a eficiência do trabalhador como engrenagem da modernização da produção como um todo, garantindo remuneração adequada a todos envolvidos, desde o trabalhador ao produtor.

Smith (2015) desenvolveu sua concepção ética tendo por referência a observação histórica das transformações que culminaram na fundação do Estado moderno e na industrialização da economia inglesa, um passo em que as relações produtivas mercantis amadureceram. Nesse contexto, o interesse norteador do crescimento econômico continua sendo o egoísmo, mas agora considerado socialmente, *locus* de freios morais, onde nem toda ação para obter

²⁶ Em meio à recessão mundial dos primeiros anos da década de 1930, a dívida externa foi renegociada e já em 1932 o país voltou a crescer (CALDEIRA, 2017, p.530-531).

ganho é aceita. Para esse autor, os processos produtivos passam a ser ancorados nas boas práticas mercantis, as consideradas honestas são aceitas e promovidas na fiscalização moral permanente realizada por todos agentes, gerando remunerações justas para os fatores de produção (MARTINS, 2022, p. 145).

É certo que há uma distância entre a moral de mercado cultivada no Estado novo e a concepção moral de Smith, pois no lugar da liberdade de mercado haviam instrumentos de controle governamental instaurados, porém no caso estudado, os parâmetros do mercado moderno não são o ponto de chegada de um processo histórico ancorado na resolução de tensões internas, mas o ponto de partida de um projeto de governo baseado na força para disseminar esses novos valores e suplantando o atraso de uma sociedade historicamente dominada por elites arcaicas, cabendo aqui, excepcionalmente, ações e regulamentações governamentais específicas. Trata-se, portanto, de entender a MEP no período Vargas como uma variante, periférica, da moral smithiana para os mercados.

Não havendo ainda os freios morais de um mercado maduro, o Estado exerceu a função de instância delimitadora de parâmetros morais sociais, criando regulamentos e mecanismos para mudar a *práxis* e disseminar uma nova ordem moral mercantil. Em relação à ordem mercantil, é preciso ressaltar que Smith não testemunhou a evolução do colonialismo para o neocolonialismo, que inviabilizou o desenvolvimento dos mercados periféricos no longo prazo, por isso só concebia o crescimento econômico pela evolução do mercado em si, mas se pronunciou contrariamente a regimes colonialistas de forma categórica (SMITH, 1996, p. 85), justamente por contrariar o princípio da troca justa entre nações.

Nesse sentido, também a atuação empresarial do Estado é concebida para ocupar espaços como agente modernizador numa economia periférica. Além de cumprir função estruturante, o Estado empreendedor exerce importante papel moral, sendo sinalizador e exemplo das possibilidades e potencialidades do mercado moderno para a coletividade. Constatada uma pequena presença do empresariado na economia em geral e um vácuo especial em setores estratégicos, apenas o Estado poderia ser agente ativo da industrialização, conduzindo a economia para novas oportunidades de maior valor adicionado que resultariam em mais empregos, de mais qualidade e de maior remuneração.

Ao final do período, contudo, apesar de todos esforços estruturais e superestruturais, os segmentos históricos tradicionais voltam a se mobilizar e se articular contra o avanço do o projeto nacional-desenvolvimentista. Com o fim da guerra o contexto muda e a pressão dos grupos, nacionais e estrangeiros, se intensifica, todos em busca de retomar espaços cedidos à sociedade e ao Estado. A trama moral liberalizante encontra o mote decisivo para desestabilizar o governo na rejeição aos comunistas, quando esses passaram a apoiar o projeto varguista. Esse movimento uniu correntes distintas das forças armadas em relação ao nacionalismo na caserna (CARVALHO, 1999, p. 344) além de provocar reação dos católicos, e, com isso boa parte da opinião pública reverteu.

5. Notas conclusivas

O presente trabalho procurou identificar a MEP ao longo da república velha e do Estado novo, e classifica-la entre as concepções éticas econômicas referenciais. A dinâmica das economias periféricas é condicionada em grande medida pelos desígnios dos países centrais, sob os quais orbitam, e a moral praticada em seus mercados tem traços marcantes de imitação do *mainstream* internacional, porém foram observados elementos internos e externos excepcionais no período, cuja combinação gerou desdobramentos específicos.

Num primeiro momento, entre 1890 e 1930, prevaleceu a moral tradicional das elites conservadoras, composta principalmente por oligarquias locais e capitais financeiros externos, grupos historicamente aliados na condução da economia brasileira. Essa MEP era agressiva, seu princípio central era a obtenção do maior ganho possível, usando frequentemente meios paralelos ao oficialmente estabelecido, como regimes de trabalho similares à escravidão ou servidão e a apropriação indevida de recursos públicos (patrimonialismo) pelos grupos dominantes privados que, no mais, podiam administrar o Estado com a indicação e eleição dos gestores. A MEP nesse período é corolário da condição periférica no processo de acumulação de capital internacional e corresponde a um comportamento mercantil primitivo que pode ser classificado como mandeviliano e familista amoral, característico de economias pobres em fase de capitalismo industrial.

No segundo instante, do vácuo econômico-político gerado pelas duas guerras mundiais, se anuncia um movimento distinto vindo do sul, com

concepção nacional desenvolvimentista, trazendo outra MEP para o país. Com Vargas, o mercado é forçado a se adequar a uma normatização contemporânea via intervenção governamental militar, na qual há freios morais sociais, estipulados pelo Estado e não pelo mercado, vigorando uma espécie de versão periférica da moral smithiana. Nessa MEP, o Estado vai preencher lacunas da cadeia produtiva industrial e proporcionar renovação das práticas econômicas com paradigmas morais distintos, especialmente a CLT, redimensionando os espaços com a diminuição relativa dos ganhos dos grupos tradicionais e inclusão de segmentos populares historicamente excluídos.

Por fim, constatou-se que as morais predominantes nas forças armadas e no âmbito religioso complementam a sustentação de ambas MEPs, na medida da relevância dessas instituições para a sociedade brasileira. Em ambas esferas se verifica o predomínio de uma moral econômica conservadora, com nuances. A primeira oscilou entre duas vertentes, uma nacionalista e outra cosmopolita de mercado, que se uniram em torno do combate ao nascente comunismo, e a segunda era caracterizada pela inexistência de visão crítica, predominando um concepção arcaica de mercado com tolerância da pobreza, sendo cooptada por todos governantes do período, que não se propuseram a interferir nessas instituições.

O balanço final do período mostra que o esforço do projeto varguista de modernização estrutural e superestrutural não foi suficiente para acumular forças políticas e capital nacional de modo a dar continuidade e ele com a ausência das condições que possibilitaram sua implantação. O ponto fulcral de incompletude foi a falta de enfrentamento dos grupos conservadores locais, que, preservados em seu poder político e econômico, não foram sensíveis à modernização moral, mantendo intocada sua concepção econômica arcaica, na qual cabe a superexploração exclusiva de recursos para seu reduzido círculo fechado.

Referências

ARAÚJO, Luiz B. **Religião e modernidade em Habermas**. São Paulo: Loyola, 1996.

BACKES, Ana Luíza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales**. Tese (doutorado em Ciência política). Instituto de filosofia e ciências humanas/UFRGS, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6233/000439073.pdf?sequence=1> Acesso em 01/06/2023.

BANFIELD, Edward. C. **The moral basis of a backward Society**. New York: Free press, 1967. Disponível em < <https://coromandal.files.wordpress.com/2011/02/edward-c-banfield-the-moral-basis-of-a-backward-society.pdf> > Acesso em 10/09/2022.

BURGUEÑO, Oscar; RODRIGUEZ, Octavio. Desenvolvimento e cultura. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C. e REGO, José (orgs). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, José M. **A formação das almas: O imaginário da república do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, José M. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf> > Acesso em 26/06/2023.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de economia contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20/03/2023.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Editora da UNB: Brasília, 1985.

COSTA, Paulo Roberto N. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. **Revista de Sociologia Política**, v. 22, n. 52, p. 47-57, 2014. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GnCBwNMQtBC63mSRPNrc5Xn/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 07/04/2023.

DALMÁZ, Mateus. Crítica ao autoritarismo do Estado novo na revista cruzeiro (1945). In: XI encontro estadual de história (AMPUHRS). **Anais do XI encontro estadual de história**, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343757554_ARQUIVO_Artigo-Anpuh2012.pdf Acesso em 23/05/2023.

FIALHO, Tânia M. Ciclos políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, p. 381-400, 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/s5zFqWTDkGsf7kHtTRXd8TQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24/03/2023.

FONSECA, Eduardo G. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

FONSECA, Pedro. C. **O capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de economia política**, v. 31, n. 1, p. 56-76, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/LJ4gvzykfpQ3xBjgZSpftR/?lang=pt> Acesso em 30/05/2023.

FRANCO, Sérgio. **Júlio de Castilhos e sua época.** 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GOMES, Angela. Ideologia e trabalho no Estado novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf> > Acesso em 22/06/2023.

GREMAUD, Amaury P. A política econômica na passagem do século XIX para o XX: controvérsias em torno da questão monetária. In: V Congresso brasileiro de história econômica. **Anais do V Congresso brasileiro de história econômica**, Caxambu, 2003. Disponível em https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_amaury_patrick_gremaud_a-politica-economica-na-passagem-do-seculo-xix-para-o-xx-controversias-em-torno-da-questao-monetaria.pdf Acesso em 01/06/2023.

IBGE. **Estatísticas do século XX.** Setor industrial. 2023. Disponível em < <https://seculoxx.ibge.gov.br/en/economicas/tabelas-setoriais/industria.html> > Acesso em 07/06/2023.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988.** 2 ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

LASSANCE, Antonio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. **Estudos Históricos**, v. 33, n. 71, p. 511-538, 2020. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/eh/a/7x8kDcnT7CpHfYg4NBH8kwc/?lang=pt&format=html> > Acesso em 23/03/2023.

LEAL, João; CAMPOS, Fábio. Herança colonial e formação industrial em São Paulo durante a república velha. In: XII Congresso brasileiro de história econômica. **Anais do XII Congresso brasileiro de história econômica**, Niterói, 2017. Disponível em https://www.abphe.org.br/arquivos/joao-mauricio-buckingham-noronha-falleiros-leal_fabio-antonio-de-campos.pdf Acesso em 03/07/2023.

LEOPOLDI, Maria A. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf> > Acesso em 26/06/2023.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas**. Disponível em <https://projetophronesis.wordpress.com/2014/11/20/a-fabula-das-abelhas-de-bernard-mandeville/> Acesso em 11/04/2023.

MANIFESTO DE ECONOMISTAS COBRA QUEDA NOS JUROS AO BANCO CENTRAL, 2023. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/economia/manifesto-de-economistas-cobra-queda-nos-juros-ao-banco-central/> > Acesso em 23/03/2023.

MARTINS, Alexandre L. **O processo inflacionário brasileiro: 1980-1990 – condicionantes políticos e culturais**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012.

MARTINS, Alexandre L. A ética neoclássica explica a moral predominante na economia brasileira contemporânea? **A Economia em Revista**, v. 29, n. 1, p.75-86, 2021. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/61266/751375153761> > Acesso em 24/03/2023.

MARTINS, Alexandre L. Smith, Mandeville e a moral do brasileiro contemporâneo. **Revista de economia política e história econômica**, n. 47, p. 141-158, 2022. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/1nu1sf2cVLFgbyqXvKIfkK6TBesDQFih3/view> < Acesso em 23/03/2023.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. 2 ed. Nova cultural: São Paulo, 1986.

MORE, Ari P. Religião e política no Brasil. **Cahiers des amériques latines**. n. 48, p. 204-222, 2005. Disponível em < <https://journals.openedition.org/cal/7951> > Acesso em 01/06/2023.

MOURELLE, Thiago C. O Legislativo resiste: a forte oposição a Vargas no início do Governo Constitucional (1934- 1935). In: XXVII Simpósio nacional de história (ANPUH). **Anais do XXVII Simpósio nacional de história**, Natal, 2013. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875182_48a4120c1cfcaa70ca5ff82bf7914644.pdf Acesso em 20/06/2023.

OLIVEIRA, Gustavo de S. A construção do estado laico brasileiro: “aspirações da minoria” ou manutenção da influência católica? In: XXXI simpósio nacional de história (ANPUH). **Anais do XXXI simpósio nacional de história**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617812642_ARQUIVO_d6b83b990def27d9a41fce436b2640b8.pdf . Acesso em 20/06/2023.

PAIN, Antônio. Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 1, 2008. Disponível em

<http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2415> Acesso em 28/06/2023.

PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em <
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf>
> Acesso em 22/06/2023.

PELÁEZ, Carlos; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. Disponível em
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38041716/dissertacao-renato.pdf?1435618907=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCLASSES_DOMINANTES_E_HEGEMONIA_NA_REPUBL.pdf&Expires=1681848018&Signature=Q2ZzXgd0I1nOwGzAXbg1JqxKLLu6iS9hhaVsNfed-osZkz-VAR8pxSKM3i6mo--uOmo-me8378TADHcdNVNRBBpIv1kBhCiGOMrd4ekae4FOh6xLcRpxni9ZoXzuY9dx16t7woQ2k9TR5hwKubAoE-XS5AgnYEIHQi6G-eS0LSofGoB7vzc6YFD4NgSb2SUUFf4gouYOkcBuslvVMMSGJAN-OQSolxZi6K8hPDBI8hrQQohbgD~5U6igjjMEvNiPYKzpEAIWfIR8D7436zLvr mFjaT2W4S2~MpUTJAYbBwj2DlF8WErYaDwi81v74nVnfvH7TEbZNovPpFi-KmeTIA &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em 18/04/2023.

RICCI, Fábio. **Origens e aspectos do desenvolvimento das indústrias têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha**. 2002. Tese (doutorado em História econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. 12 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SERRA, José. As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento. **Dados**, n. 20, p. 3-45, 1979. Disponível em https://drive.google.com/file/d/13Lo--5yzKeGJLBD9Towyv_6c6t4KplyG/edit Acesso em 24/03/2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas**. 3 ed. Volume 2. São Paulo: Nova cultural, 1996.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. 2 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2015.

SODRÉ, Nelson W. **História da burguesia brasileira**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP. 2000,

TEIXEIRA, Rodrigo; PINTO, Eduardo. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 909-941, número especial, 2012. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19/09/2022.

98% DOS OPERADORES DO MERCADO ACHAM QUE LULA ERRA NA ECONOMIA, 2023. Disponível em

<https://www.poder360.com.br/pesquisas/98-dos-operadores-de-mercado-acham-que-lula-erra-na-economia/> acesso em 23/03/2023.

Recebido em Agosto de 2023
Aprovado em Agosto de 2023